

Vol 19, Núm 1, jan-jun, 2026, pág. 598 - 620

A violação da infância contemporânea pela medicalização infantil: entre sensos, consensos e dissensos!

The violation of contemporary childhood through the medicalization of children: between senses, consensus, and dissent!

La violation de l'enfance contemporaine par la médicalisation des enfants: entre sens, consensus et dissidence!

Ewerton Helder Bentes de Castro¹

Janderson Costa Meira²

Isabella Soares Faleiros³

Rayana Lopes de Oliveira⁴

Isabelle Menezes dos Santos⁵

Muriel Kiane Gonçalves Jacob⁶

¹ Pós-Doutor e Doutor em Psicologia pela FFCLRP/USP. Professor Associado da Faculdade de Psicologia/UFAM. Docente do curso de graduação em Psicologia FAPSI/UFAM. Líder do Grupo de pesquisa de Psicologia Fenomenológico-Existencial (CNPq). Coordenador do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LABFEN/UFAM). Coordenador do Projeto de Extensão Plantão psicológico em escolas do sistema de ensino público em Manaus (FAPSI/UFAM). E-mail: ewertonhelder@ufam.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2227-5278>

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPR. Psicólogo pelo Centro Universitário Escola Superior Batista do Amazonas - ESBAM. Gestor de Recursos Humanos pela UNIP – Manaus. Membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia Fenomenológico-Existencial (CNPq). Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LABFEN/UFAM). Plantonista do Projeto de Extensão Plantão Psicológico em escolas do sistema público de ensino em Manaus. Ex-Diretor acadêmico da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LAPFE (FAPSI/UFAM). E-mail: jandersonmeiraa@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9145-6465>

³ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Fametro. Membro do Projeto Plantão Psicológico em escola do sistema público de ensino em Manaus. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/UFAM. E-mail: isabellafaleiros@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3396-7604>

⁴ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Plantonista do Projeto Plantão Psicológico em Escolas da rede pública de Ensino em Manaus. E-mail: lopesrayana661@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-7720-9856>

⁵ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Fametro. Membro do Projeto Plantão Psicológico em escola do sistema público de ensino em Manaus. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/UFAM. E-mail: menezesisabelle01@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6423-2951>

⁶ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Fametro. Membro do Projeto Plantão Psicológico em escola do sistema público de ensino em Manaus. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/UFAM. E-mail: murielkiane@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5707-0072>

Resumo

Democracia, tolerância, respeito à diferença, convívio pacífico entre grupos diversos são princípios que permeiam as sociedades contemporâneas e se tornaram experiências muito presentes em nosso cotidiano moderno. No entanto, quando as crianças não se comportam nesses padrões, a opção mais frequente é a medicalização. Tal processualidade experiencial, entretanto, deixa de ser exceção e se transforma em regra. Essa tendência faz os direitos das crianças se tornarem apenas letras mortas, quando não são vilipendiados, violados abertamente. O objetivo deste ensaio teórico é discutir a pluridimensionalidade de uma ação que tem sido característica em nossa contemporaneidade, a medicalização da infância e todo o arcabouço de mudanças e transformações aí presentes. É um estudo sob o viés qualitative de pesquisa, utilizando como método o bibliográfico. São trazidas questões relativas a: **Contexto histórico e sociocultural da infância, Conceitos centrais: medicalização, patologização e normalização, Mecanismos de medicalização infantil na prática clínica, Evidências empíricas: impactos na saúde, no desenvolvimento e na autonomia infantil!, Críticas e perspectivas teóricas, Implicações éticas e políticas públicas, Alternativas e caminhos possíveis: abordagens interdisciplinares e centradas na criança**. Portanto, as ponderações feitas não se opõem à farmacologia, mas sim à decisão de fazer da farmacologia a primeira escolha em situações que permitem decidir por alternativas mais seguras e que favorecem o desenvolvimento saudável, contextualizado e integrado da criança. A infância é uma construção histórica, é um tempo da vida que se constrói e se vive, não um “ciclo da vida” natural em sentido estrito.

Palavras-chave: Infância; medicalização; farmacologia; princípios éticos; contemporaneidade

Abstract

Democracy, tolerance, respect for differences, peaceful coexistence between different groups are principles that permeate contemporary societies and have become very present experiences in our modern daily lives. However, when children do not behave in these patterns, the most common option is medicalization. Such experiential processuality, however, ceases to be an exception and becomes the rule. This trend makes children's rights become just

dead letters, when they are not vilified and openly violated. The objective of this theoretical essay is to discuss the pluridimensionality of an action that has been characteristic of our contemporary times, the medicalization of childhood and the entire framework of changes and transformations present there. It is a study with a qualitative research bias, using the bibliographic method as a method. Questions are raised regarding: **Historical and sociocultural context of childhood, Central concepts: medicalization, pathologization and normalization, Mechanisms of child medicalization in clinical practice, Empirical evidence: impacts on children's health, development and autonomy!, Criticisms and theoretical perspectives, Ethical implications and public policies, Alternatives and possible paths: interdisciplinary and child-centered approaches.** Therefore, the considerations made are not opposed to pharmacology, but rather to the decision to make pharmacology the first choice in situations that allow us to decide on safer alternatives that favor the healthy, contextualized and integrated development of the child. Childhood is a historical construction, it is a time of life that is constructed and lived, not a natural "cycle of life" in the strictest sense.

Keywords: Childhood; medicalization; pharmacology; ethical principles; contemporary

Résumé

La démocratie, la tolérance, le respect des différences, la coexistence pacifique entre différents groupes sont des principes qui imprègnent les sociétés contemporaines et sont devenus des expériences très présentes dans notre vie quotidienne moderne. Cependant, lorsque les enfants ne se comportent pas selon ces schémas, l'option la plus courante est la médicalisation. Une telle processualité expérientielle cesse cependant d'être une exception et devient la règle. Cette tendance fait que les droits de l'enfant ne sont plus que lettre morte, lorsqu'ils ne sont pas diffamés et ouvertement violés. L'objectif de cet essai théorique est de discuter de la pluridimensionnalité d'une action caractéristique de notre époque contemporaine, de la médicalisation de l'enfance et de l'ensemble du cadre de changements et de transformations qui y est présent. Il s'agit d'une étude à biais de recherche qualitative, utilisant la méthode bibliographique comme

méthode. Des questions sont soulevées concernant : **Contexte historique et socioculturel de l'enfance, Concepts centraux : médicalisation, pathologisation et normalisation, Mécanismes de médicalisation de l'enfant dans la pratique clinique, Preuves empiriques : impacts sur la santé, le développement et l'autonomie des enfants !, Critiques et perspectives théoriques, Implications éthiques et politiques publiques, Alternatives et voies possibles : approches interdisciplinaires et centrées sur l'enfant.** Par conséquent, les considérations formulées ne s'opposent pas à la pharmacologie, mais plutôt à la décision de faire de la pharmacologie le premier choix dans des situations qui nous permettent de décider d'alternatives plus sûres qui favorisent le développement sain, contextualisé et intégré de l'enfant. L'enfance est une construction historique, c'est une période de la vie qui se construit et se vit, et non un « cycle de vie » naturel au sens strict du terme.

Mots-clés: Enfance; médicalisation; pharmacologie; principes éthiques; contemporain

Infante. Infância. Desenvolvimento humano. Quais sentidos, atualmente, estão presentes quando nos reportamos a esses aspectos? De quais diversificações a contemporaneidade nos traz? Precisamos refletir sobre o ser-contemporâneo e o que essa denominação envolve.

Democracia, tolerância, respeito à diferença, convívio pacífico entre grupos diversos são princípios que permeiam as sociedades contemporâneas e se tornaram experiências muito presentes em nosso cotidiano moderno. No entanto, quando as crianças não se comportam nesses padrões, a opção mais frequente é a medicalização. Tal processualidade experiencial, entretanto, deixa de ser exceção e se transforma em regra. Essa tendência faz os direitos das crianças se tornarem apenas letras mortas, quando não são vilipendiados, violados abertamente (Camargo et al., 2024; Alencar, Meira & Castro, 2023).

O conceito de medicalização é complexo e multidimensional, sendo muitas vezes confundido com o de patologização. É necessário refletirmos sobre um

fenômeno secundário à medicalização, a normalização, pela qual as crianças são impelidas a se manter em moldes cada vez mais estreitos (Santos et al., 2024).

Para mapear a medicalização infantil, busca-se identificar os principais mecanismos que atuam na prática clínica – o diagnóstico; o efeito demanda; a indústria farmacêutica; as diretrizes; os enviesamentos de confirmação; e os êxitos/limites dos tratamentos. O mapeamento é fundamentado em dados de metanálises e revisões sistemáticas com foco em doenças ou desordens que envolvem o uso de medicamentos (Vargas et al., 2025; Alves et al., 2021).

As evidências mostram que a medicalização não se restringe às doenças psiquiátricas e a período de vida específico, nem os efeitos adversos são limitados a estes casos. Daí, a importância de estudos como este, no sentido de refletirmos acerca da pluridimensionalidade que envolve este fenômeno.

O objetivo deste ensaio teórico é discutir a pluridimensionalidade de uma ação que tem sido característica em nossa contemporaneidade, a medicalização da infância e todo o arcabouço de mudanças e transformações aí presentes.

Contexto histórico e sociocultural da infância

O contexto histórico e os eventos que constituem este tópico não têm a pretensão de tornarem-se exaustivos ou determinantes, mas visam, prioritariamente, a reflexão e a proposição de quadro que possibilite investigar em profundidade a questão da medicalização infantil. Mais do que simplesmente descrever período ou fenômeno específico, busca-se, reconhecer, entre as diversas mudanças sociais e culturais que têm marcado a infância contemporânea, aquela que impulsiona e fundamenta nossa análise.

Nesse sentido, o crescimento da medicalização é tema que apresenta um sem-número de abordagens teóricas e práticas, mas nem todas elas estão necessariamente diretamente relacionadas à infância. Algumas das mais relevantes e inovadoras abordagens disponíveis abordam o fenômeno sob

perspectiva diferente; no entanto, é importante destacar que tais abordagens não são, nem de longe, as mais numerosas e prevalentes no campo. A própria análise da medicalização infantil, não obstante a sua proliferação e crescente visibilidade, ainda é apresentada de forma segmentada e, muitas vezes, sem o devido suporte empírico que deveria acompanhar tema de tal importância social e científica. Portanto, a necessidade de um olhar mais atento e abrangente sobre as intersecções entre saúde, cultura e educação na infância se faz cada vez mais prementa (Benício, Gomes & Castro, 2023; Alves et al., 2021).

A análise, a nosso ver, precisa indicar até que ponto as críticas ao crescimento exponencial dos diagnósticos, terapias, regras e medicações em crianças podem ser consideradas infundadas e, até que ponto, deve-se continuar a ir mais além, aprofundando a reflexão sobre essa temática tão complexa e necessária. Isso não implica afirmar juízo de valor de maneira simplista; ao contrário, tal juízo é o resultado de investigação empírica que se propõe a mapear e tornar visíveis os diversos mecanismos que sustentam e alimentam a prática clínica contemporânea (Camargos et al., 2024).

Compreender, por exemplo, a medicalização não apenas como patologização excessiva, mas, em muitos casos, como o simples cumprimento de normas já estabelecidas e profundamente enraizadas na nossa sociedade, pode ajudar a aumentar a precisão dessa análise. É bem verdade que o excesso e a escassez de diagnósticos e terapias não são fenômenos mutuamente excludentes; portanto, retomar o caminho da evidência e dos dados concretos é o que se propõe, sem deixar de lado as críticas e os diversos autores que, ao longo da modernidade, têm abordado a violação da infância por meio da medicalização, refletindo sobre os impactos e as consequências que essas práticas ocasionam no desenvolvimento e bem-estar das crianças (Feitosa et al., 2024).

Conceitos centrais: medicalização, patologização e normalização

O uso dos termos medicalização, pathologização e normalização é a proposta inicial que orienta nosso estudo. Medicalização pode ser considerada a ação de transformar um fenômeno social em fenômeno de ordem médica, ao propor para os médicos a função de avaliar, explicar, categorizar e, quando necessário, tratar essa ocorrência, mesmo quando a origem do problema é reconhecida como social. A patologização, por seu turno, reflete operação mais localizada no sentido de considerar um aspecto da vida comum não como expressão do normal, mas como algo que precisa ser evitado, impedido ou tratado, a partir do quê ou quem a ação da medicalização se justifica. O conceito de patologização é ampliado e se interrelaciona com o de medicalização a partir do reconhecimento de que a avaliação dos fatos de vida capazes de motivar a medicalização não se dá apenas nas consultas médicas, mas também por outros agentes sociais. A normalização refere-se à transformação desse desvio em estado considerado patológico e é um passo anterior à medicalização (Oliveira et al., 2024).

Para Monteiro-Garcia et al., (2024) a ameaça à infância contemporânea não reside apenas na medicalização em si, mas sim na medicalização que se torna insustentável, isto é, naquela que provoca um número maior de danos do que benefícios efetivos para as crianças. Essa hipótese é passível de ser investigada minuciosamente à luz de alguns dos principais mecanismos que têm sido identificados na prática clínica. Esses mecanismos, por sua vez, têm recebido apoio relevante nas pesquisas mais recentes. A crescente pressão para diagnosticar e tratar crianças, as diretrizes que normatizam esses processos de intervenção e as expectativas sociais ligadas ao que é considerado um tratamento adequado, bem como os êxitos ou limites que os diferentes tratamentos podem apresentar, são fatores cruciais a se considerar (Alves et al., 2021).

Convém refletirmos ainda que, a maior probabilidade de um diagnóstico em função do sexo da criança, ou seja, se é um menino ou uma menina, e a seleção da amostra que é feita em função da demanda existente também constituem esses mecanismos que efetivamente afetam a saúde e o bem-estar da infância. Observa-se, dessa forma, porque consideramos inevitável compreender a pluridimensionalidade dos fatores aí envolvidos (Castro, Meira, Souza, Jacob, Faleiros & Santos, 2025).

Mecanismos de medicalização infantil na prática clínica

Os mecanismos que operam na prática clínica e promovem a medicalização, bem como a patologização da infância, podem ser organizados em seis categorias entrelaçadas e interdependentes: (1) O diagnóstico, que geralmente ocorre a partir da aplicação de escalas padronizadas e instrumentos de avaliação; (2) As pressões de demanda que existem sobre os profissionais de saúde, que precisam atender número crescente de casos; (3) As campanhas da indústria farmacêutica, que buscam promover novos medicamentos e tratamentos; (4) As recomendações e diretrizes de organismos de saúde, que muitas vezes influenciam as decisões clínicas; (5) A inclinação para a confirmação dos clínicos, que pode levar à validação de diagnósticos prévios; e (6) A busca incessante do controle do comportamento das crianças, que, na presença de êxitos ou de limites nos processos terapêuticos, é frequentemente considerada um fim em si mesmo, mesmo quando a qualidade de vida das crianças deve ser a prioridade (Matos, 2023; Castro, 2022; Garbarino et al., 2021).

A maioria dos diagnósticos, seja na área da saúde, da educação ou da psicologia, é realizada com a aplicação de escalas específicas (Teixeira et al., 202). Essas escalas, quando validadas em amostras bem extensas, como é o caso da renomada Escala de Avaliação do Comportamento de Conner,

conseguem alcançar elevada fidedignidade e validade estatística (Rozeira et al., 2024).

No entanto, é importante ressaltar que isso não implica, automaticamente, que tais ferramentas sejam capazes de detectar efetivamente a presença de condições patológicas em todos os casos. Contudo, a crescente demanda por diagnósticos precisos e intervenções apropriadas, que surgem a partir da aplicação dessas escalas, tem gerado pressão significativa sobre médicos, pediatras, profissionais da educação e psicólogos (Capelo, 2025; Castro, Meira, Souza, Jacob, Faleiros & Santos, 2025; Pereira et al., 2025).

Essa pressão, a nosso ver, se torna ainda mais preocupante quando esses diagnósticos são solicitados por escolas e outras instituições educacionais que buscam compreender, por não conseguirem, maioria das vezes, lidar com “o diferente”, ou seja, não conseguem conviver com as necessidades existenciais trazidas por seus alunos (Castro, Meira, Souza, Jacob, Faleiros & Santos, 2025). Além disso, essa demanda intensa tem chegado, de forma impactante, aos próprios pediatras e profissionais de saúde mental. Os profissionais frequentemente se veem diante de solicitações de diagnósticos relacionadas não apenas a filhos, mas também a parentes e até amigos próximos, aumentando assim a complexidade de suas responsabilidades profissionais (Batuli et al., 2025; Khouri et al., 2023).

Neste sentido é que vem o termo pos nós nominado como a pluridimensionalidade presente nos casos de medicalização, a nosso ver exacerbados, observados e caracterizados como normalizados nos tempos atuais.

Evidências empíricas: impactos na saúde, no desenvolvimento e na autonomia infantil!

Recentes investigações sobre a saúde da infância têm revelado aumento considerável na prevalência de diagnósticos que requerem tratamento farmacológico, especificamente em países ocidentais. Observa-se número crescente de estudos mostrando que as taxas de tratamento com medicamentos, especialmente para condições como os sintomas depressivos, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista e, até mesmo, problemas relacionados a dificuldades de aprendizagem que impõem à família e ao contexto onde essas crianças transitam, inumeráveis dificuldades (Silva et al., 2024; Meira, Castro & Paes, 2023).

Silva & Castro (2023) revelam em seu estudo que as dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes, no que tange a questões existenciais e, nesse interim, a nosso ver, as que tratamos neste estudo, estão não apenas aumentando, mas também se aproximando perigosamente daqueles que não estão recebendo qualquer tipo de assistência médica. Essas análises longitudinais de saúde têm sugerido, por exemplo, que a proporção de crianças que estão atualmente sob tratamento com medicamentos para controle dos sintomas se aproxima de forma alarmante da proporção de crianças que não estão recebendo qualquer tratamento de saúde, trazendo à tona preocupação significativa para especialistas.

Como podemos observar, essas constatações alarmantes não se restringem apenas a investigações focadas na saúde mental, mas se manifestam em áreas mais amplas, como saúde geral, desenvolvimento infantil e autonomia das crianças, refletindo tendência que merece atenção imediata (Franca et al., 2021). Neste contexto, que consideramos preocupante, diversos estudos de coorte têm alertado sobre o aumento do risco de morte por overdose de substâncias psicotrópicas e os efeitos adversos e frequentemente graves da exposição a

diferentes tipos de medicação durante a infância precoce (Silva et al., 2025; Silva et al., 2022; Rosa, 2025).

Este fenômeno levanta questões sérias sobre as práticas atuais de prescrição e cuidado médico, além de instigar debate importante sobre a necessidade de abordagens mais cautelosas no tratamento farmacológico de crianças. As informações coletadas sublinham a importância de se repensar as metodologias de diagnóstico e o uso de medicamentos, buscando equilíbrio que priorize a saúde e o bem-estar das crianças em cenário de crescente medicalização (Espósito et al., 2024; Dias & Castro, 2023).

Embora a proporção de crianças em tratamento tenha mostrado aumento visível e significativo nos últimos anos, a proporção de crianças que enfrentam problemas nas áreas da saúde mental, saúde geral, desenvolvimento e autonomia não parece ter acompanhado esse crescimento observado. Esse descompasso levantado nos dados atuais gera questionamentos profundos e preocupantes sobre a eficácia do tratamento medicamentoso.

É, em nossa compreensão, especialmente relevante quando se considera a deterioração do funcionamento em crianças e adolescentes que estão sob tratamento contínuo. Esses fatores, alarmantes e complexos, têm estimulado a realização de outros estudos que buscam avaliar com mais precisão o equilíbrio delicado entre os riscos e os benefícios do tratamento medicamentoso pediátrico.

Além disso, há evidências crescentes de que os custos associados e os efeitos adversos dos medicamentos não estariam sendo adequadamente considerados nas avaliações atuais (Meira, Castro & Paes, 2023). Isso exige, portanto, reflexão mais cuidadosa, crítica e criteriosa sobre a abordagem adotada nas intervenções médicas direcionadas a esse grupo etário específico. As implicações desses fatores podem ser extremamente significativas para o futuro da saúde mental e do bem-estar infantil.

Críticas e perspectivas teóricas

Críticas e perspectivas teóricas sobre a medicalização infantil convergem de forma significativa para a constatação de que a infância contemporânea é, de fato, uma infância em risco (Castro, Meira, Souza, Jacob, Faleiros & Santos, 2025). Este fenômeno, ao ser analisado à luz da psicologia fenomenológico-existencial, revela que onde o que não se encaixa na idealização social predominante é facilmente rotulado como patológico (Benício, Gomes & Castro, 2023). Neste contexto, os direitos da criança são considerados importantes conquistas da civilização moderna, no entanto, nas últimas décadas, surgiu novo discurso que indica que a criança não é mais vista como sujeito pleno, mas sim como objeto passivo de proteção, visão que reduz sua autonomia e voz.

O movimento relaciona a antecipação da vida adulta com a epidemia da depressão infantil que assola muitas crianças hoje, considerando a preocupante ausência de escuta da criança e a falta de construção do seu espaço imaginário como fatores críticos que contribuem para essa alarmante situação (Silva & Castro, 2023). As críticas à medicalização da vida, particularmente em relação à infância, indicam que a medicalização se encontra em caminho sem volta, evidenciado pelo intenso processo de normalização que permeia a infância em todos os aspectos da sua vida diária, culminando na patologia da normalidade que afeta as gerações atuais (Habowski & Ratto, 2023). Esta articulação de preocupações demanda não apenas reflexão crítica, mas também ação coletiva em busca de alternativas que favoreçam uma infância mais saudável e integrada ao contexto social contemporâneo (Azen et al., 2024).

Os estudos a respeito da medicalização infantil têm alertado que esta problemática não é mais questão eventual e isolada, mas sim preocupação de saúde pública que deve ser levada em consideração de forma abrangente e cuidadosa no planejamento de ações voltadas à saúde (Castro & Meira, 2025).

A medicalização é entendida como prática clínica que abrange ampla gama de aspectos, incluindo desde o diagnóstico inicial, passando pela pressão da demanda, até a atuação profissional e, muitas vezes, controversa da indústria farmacêutica (Castro, Meira, Souza, Jacob, Faleiros & Santos, 2025). Isso se estende ainda aos processos de confecção de protocolos e diretrizes que frequentemente se transformam em verdades inquestionáveis, inabaláveis em sua aparente validade (Benício, Gomes & Castro, 2023).

Além disso, existe o fenômeno do desvio da confirmação, que leva os profissionais a considerar o tratamento bem-sucedido quando há o mínimo de resposta, mesmo que essa resposta seja insatisfatória ou insuficiente, ou seja, a mediocridade se faz presente de modo inofismável. Essa perspectiva mostra, em realidade, que não contempla adequadamente a avaliação do êxito do tratamento, transformando essa questão em verdadeiro problema a ser debatido. Como compreendemos, há algo mais a ser buscado.

Os estudos longitudinais e transversais demonstram de forma clara e alarmante que a saúde das crianças e adolescentes brasileiros, está se deteriorando. Castro, Meira, Souza, Jacob, Faleiros & Santos (2025) ressaltam que a saúde mental da infância e da adolescência, que deveria ser prioridade em nossa sociedade, também está piorando. Esse cenário se revela ainda mais preocupante quando levamos em consideração o aumento do uso de medicação psicotrópica (Silva & Castro, 2023).

Estudos como o de Castro, Meira, Souza, Jacob, Faleiros & Santos (2025), Silva (2025) e Meira, Castro & Paes (2023) têm mostrado que tal uso é frequentemente injustificado, uma vez que os efeitos secundários são sérios e, em muitos casos, severamente prejudiciais. Por outro lado, os benefícios obtidos com o uso dessas medicações são incertos e muitas vezes duvidosos. Isso leva a questionamento pertinente sobre a relação custo/benefício das intervenções terapêuticas, suscitando a discussão se essa abordagem é realmente estratégia

sensata e eficaz para lidar com as dificuldades e os desafios que a vida apresenta durante a infância e a adolescência. Portanto, considerando o que a Psicologia Fenomenológico-Existencial pressupõe, é fundamental refletir criticamente sobre o papel da medicalização e buscar alternativas que priorizem a saúde integral das crianças e adolescentes em nossa sociedade.

Implicações éticas e políticas públicas

A medicalização infantil levanta uma série de inquietantes preocupações sobre questões relacionadas ao consentimento e à participação ativa das crianças, considerando que, em sua condição de desenvolvimento, não têm a capacidade legal para consentir ou recusar tratamentos médicos que possam ser propostos a elas. Além disso, as opções de tratamento e as intervenções são frequentemente decididas sem a devida consideração das opiniões e visões da criança, o que levanta questões éticas importantes (Barbosa, 2024; Cioatto, 2021).

Aparentemente, a medicalização não gera impactos significativos nas condições de vida e em outros determinantes essenciais do desenvolvimento infantil, mas é fundamental reconhecer que as crianças não se desenvolvem isoladamente, dentro de um vácuo social Castro, Meira, Souza, Jacob, Faleiros & Santos (2025). A eliminação e a supressão do risco são objetivos considerados impossíveis de se alcançar em um contexto de desenvolvimento saudável. A precocidade em expor a criança a riscos que poderiam ser minimizados ou geridos pode ser contraproducente e prejudicial ao seu desenvolvimento pessoal e social (Araújo & Lins-Kusterer, 2021).

A medicalização das crianças não é somente problema de saúde, mas também é questão crítica de política pública, uma vez que essas crianças requerem o devido cuidado e apoio frequentemente e não têm acesso a tratamentos adequados e necessários (Thereza et al., 2024). Portanto, a ausência

de acesso à medicalização não deve ser considerada como equivalente a uma situação livre de sofrimento. É crucial que a abordagem em relação à medicalização infantil seja ampla e holística, levando em conta a totalidade das necessidades da criança e promova seu bem-estar em todos os aspectos (Lemos, 2024).

Não se pode ignorar a aplicação da medicalização sob as novas diretrizes de saúde, questão de grande relevância e impacto. O indicativo/desvio de confirmação pode atuar sobre o funcionalismo, perpetuando de maneira sutil as pesquisas que comprovam o sucesso dos tratamentos e, simultaneamente, ocultando aquelas que evidenciam o fracasso e as limitações (Vieira & Flores, 2024). A medicalização pode ser êxito terapêutico para muitos casos, mas é fundamental compreender que os êxitos não removem os limites e restrições da terapia realizada. É preciso assegurar que não haja mais da metade da população exposta a tratamentos em que os efeitos adversos são mais prováveis do que os benefícios, pois isso pode gerar uma série de implicações negativas (Castro & Meira, 2025; Meira, Castro & Paes, 2023). As consequências da medicalização e da falta de tratamento não afetam apenas a própria criança em questão, mas também se estendem às suas famílias, ao seu entorno social e às relações interpessoais, criando um ciclo vicioso que pode ser difícil de quebrar (Garcia & Barbosa Neto, 2023).

Alternativas e caminhos possíveis: abordagens interdisciplinares e centradas na criança

A violação da infância contemporânea pela medicalização infantil

A literatura antilinear, a que reflete a vida contemporânea sem justificativas, considera a medicalização uma forma de violação da infância contemporânea, trazendo à tona questões profundas sobre o impacto dessa prática na vida das

crianças. Essa perspectiva é explorada a partir de resenha abrangente de diversos aspectos da questão, tendo como foco as evidências empíricas disponíveis e, em particular, a convergência de pesquisas longitudinais e transversais que indicam não apenas uma tendência preocupante à medicalização, mas também os riscos e efeitos adversos notáveis de seu uso na infância, além de relevantes considerações propostas em crítica ao modelo medicalizante que prevalece em muitas sociedades (Azevedo, 2025; Camargos et al., 2024; Alves et al, 2021).

O termo medicalização engloba não apenas a prescrição de psicofármacos, mas também a realização de diagnósticos que podem ser imprecisos, a influência do desvio de confirmação que permeia as decisões clínicas e a pressão de demanda por tratamentos muitas vezes desnecessários (Castro, Meira, Souza, Jacob, Faleiros & Santos, 2025). Esses fatores levantam sérias questões sobre a ética da prática de saúde mental atual, envolvendo os êxitos e limites das intervenções e os efeitos colaterais que podem afetar negativamente o desenvolvimento das crianças (Carmo Alves et al.,2024).

Desse modo, Castro, Meira, Souza, Jacob, Faleiros & Santos (2025), Castro & Meira (2025), Vargas et al (2025) asseveram que estas considerações críticas, possibilitam abordar questões éticas em políticas públicas, além da complexa percepção do consentimento na infância e adolescência, a importância de vozes desconstruidoras no debate, que desafiam as normas estabelecidas, e as limitações das críticas que se sustentam apenas na defesa dos direitos da criança, fazendo apelo por uma abordagem mais abrangente e consciente em relação à saúde infantil.

Alternativas e caminhos possíveis

A crítica ao modelo medicalizante sugere, entre outras questões, que o cuidado centrado na criança deve contemplar suas especificidades psíquicas,

seus direitos, suas diversas demandas e seus saberes em relação aos problemas que a afigem, considerando suas singularidades e a complexidade de suas experiências (Meira, Castro & Paes, 2023).

O tratamento dos transtornos psiquiátricos infantis, deveria adotar a perspectiva que valorize os vínculos e as relações associativas, contrabalançando com o tratamento dos transtornos de desenvolvimento e da sexualidade, que muitas vezes não são reconhecidos em toda a sua plenitude e, além disso, se institucionalizam a partir de configurações de poder que são frequentemente rejeitadas em outros contextos sociais e, com isso, fica nossa pergunta: buscar um olhar mais amplo e integrado, que deveria ser a regra para todas as situações em que há sofrimento e a exceção apenas nos casos em que, de fato, os vínculos e relações associativas não aparentam estar funcionando de maneira adequada?

. Numa perspectiva ainda mais ampla, a crítica à medicalização argumenta de maneira incisiva que a infância não é apenas questão de tratamento médico, mas sim problema que deve ser encarado como política pública que se estende entre a infância e a adolescência, sendo que a violação dos direitos da criança não se limita ao contexto médico, que, ao final da vida, é muitas vezes visto como a grande aplicadora de inverdades sobre um corpo que não mais responde e um sujeito que já não possui mais desejos ou anseios (Castro & Meira, 2025; Andion et al., 2023; Silvester & Bottoli, 2022).

Considerações finais

O estudo buscou articular evidências, críticas e considerações éticas aplicáveis à medicalização infantil, tendo em vista a violação da infância contemporânea. Provenientes de interações do campo da Psicologia com o estudo da infância e a Saúde, as investigações sobre a medicalização não indicam um movimento descritivo, nem meramente negativo, mas buscam desvelar seu significado e suas consequências, bem como relativizar seus êxitos. A pista de

análise proposta envolve a combinação de três eixos principais: os mecanismos que possibilitam a medicalização na prática clínica; as evidências que sustentam e desafiam a medicalização; e os construtos teóricos que a criticam. A análise foi desenvolvida em quatro investigações e realizações distintas.

A articulação dos eixos revela a operação da medicalização como campo de forças que incide sobre a infância e em torno da qual se reorganiza o direito à Infância, a garantia de proteção ao reconhecimento da criança como sujeito de direitos reconhecidos desde 1989. Contudo, deve-se reconhecer que a medicalização não é o único fator ou a única força em interação com a infância, e que essa operação incide mais como vetor do movimento da infância do que como um de seus constitutivos. Portanto, as ponderações feitas não se opõem à farmacologia, mas sim à decisão de fazer da farmacologia a primeira escolha em situações que permitem decidir por alternativas mais seguras e que favorecem o desenvolvimento saudável, contextualizado e integrado da criança. A infância é uma construção histórica, é um tempo da vida que se constrói e se vive, não um “ciclo da vida” natural em sentido estrito.

Referências:

- Alencar, E.H.E.; Meira, J.C. & Castro, E.H.B. de (2023) O resgate da existencialidade adolescente: o plantão psicológico e suas possibilidades. *AMAzônica – Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação*. Vol 16, Número 1, jan-jun, 2023, pág. 138-157.
- Alves, F. C. C. et al (2021). A medicalização da infância na contemporaneidade: revisão integrativa. *Mental*. (2021). *Mental*, 13(24), 1-25.
- Andion, C., Gonsalves, A. K. R., & Magalhães, T. G. (2023). 30 anos de direitos da criança e do adolescente: uma análise da trajetória da política pública no Brasil. *Opinião Pública*. vol. 29, nº 1, p. 226-269, jan.-ab
- Araújo, A. T. M. & Lins-Kusterer, L. (2021). Autonomia e capacidade na assistência à saúde: a admissibilidade da recusa a tratamento médico a



partir de pressupostos fundamentais. *Revista do Direito*. n. 65, p. 102-121, set./dez. DOI: 10.17058/rdunisc.vi65.14719

Azen, M., Figueiredo, T. S., & Bezerra, A. C. (2024). As infâncias na Ciência da Informação: onde a práxis é o esperançar mais vivo. *Encontros Bibl.* v. 29, 2024: e95195 DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2024.e95195>

Azevedo, L. J. C. (2025). As bases teóricas da medicalização e seus efeitos na clínica contemporânea: patologização e sofrimento. *Psicologia USP*, 2025, volume 36, e240034

Barbosa, C. S. (2024). Liberdade e autonomia privada: a recusa da pessoa natural a tratamento médico-hospitalar e os limites da atuação do Estado. Dissertação (Mestrado) Instituto Desenvolvimento Humano e Pesquisa

Batuli, P. C. D. S. S. et al., (2025). Impacto pós-pandemia e o aumento do diagnóstico de transtornos mentais *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 11(6), 3652-3667.

Benício, B.C.; Gomes, K.P.G. & Castro, E.H.B. de (2023). *AMAZônica – Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação*. Vol 16, Número 1, jan-jun, 2023, pág. 261-282

Camargos, A. L., et al., (2024). O processo de medicalização associado à infância Mental vol.16 no.29 Epub 07-Out <https://doi.org/10.5935/1679-4427.v16n29.0006>

Capelo, R. L. (2025). A utilização da ia na educação médica *LUMEN ET VIRTUS*, São José dos Pinhais, v. XVI, n. LI, p.1-15.

Castro, E.H.B. de; Meira, J.C.; Souza, H.R.P. de; Jacob, M.K.G.; Faleiros, I.S. & Santos, I. M. dos (2025) Clínica dos Três Olhares e Relações Abusivas: ensaio teórico! *AMAZônica – Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação*. Vol 18, Número 3, novembro, 2025, pág. 203-241.

Castro, K. O. (2022). *Medicalização da educação: Um estudo sobre a perspetiva de docentes e encarregados/as de educação sobre “problemas” escolares no 1º ciclo*. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

Cioatto, R. M. (2021). Desacordos razoáveis, autoridade parental e tomada de decisão em saúde da criança: estudo de caso. *Civilistica*. a. 10. n. 3

Espósito, I. B. P. (2024). Distúrbios do sono em diferentes faixas etárias: da infância à terceira idade. *Brazilian Journal of Health Review*, 7(4), e71507-e71507.

Feitosa, C. E. S. et al., (2024). Memória e coragem de verdade em um coletivo de luta antimanicomial potiguar: pistas para o que ainda precisamos afirmar. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 13(2), 209-223.

Franca, E. J. et al., (2021). Importância do diagnóstico precoce em crianças com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade: revisão narrativa. *Revista Eletrônica Acervo Científico*, 35, e7818-e7818.

Garbarino, M. I. ety al., (2021). Piaget e a psicanálise: um diálogo no avesso da patologização da infância. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 73(3), 80-96.

Garcia, J. B. S. & Barbosa Neto, J. O. (2023). Efeitos adversos do uso dos canabinoides: qual o paradigma de segurança?. *BrJP*. 6(Suppl 1):S38-43

Habowski, A. C., & Ratto, C. (2023). Cuidado! As crianças estão em risco: a periculosidade no brincar digital. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 16(35), e18880-e18880.

Khouri, S. T. S., (2023). Medicina interna contemporânea: estratégias para o diagnóstico e tratamento efetivo. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(9), 3505-3517.

Lemos Rechmann, I. (2024). Revisão sistmática acerca da autonomia da criança-paciente: fomento à criação do instituto da capacidade sanitaria Direito UNIFACS-Debate Virtual (292).

Matos, N. N. (2023). Medicinalização e patologização da infância: o nascimento de uma biopolítica da educação Revista PsiPro/PsiPro Journal. 2(6): 70-88.

Meira, J.C.; Castro, E.H.B. de & Paes, J. da S. (2023) Medicinalização na contemporaneidade: um diálogo entre a fenomenologia existencial e a psicopatologia. *Revista Educação e Humanidades*. Vol IV, número 2, jul-dez, pág. 224-241

Monteiro-Garcia, R., Lemos-Paiva, I., & Alberto, M. D. F. P. (2024). Medicinalização da vida: um panorama conceitual. *Cultura y Drogen*, 29(38), 281-297.

Oliveira, J. et al., (2024). Medicalização da subjetividade e fetichismo psicofármaco: uma análise dos fundamentos. *Saúde e Sociedade*. 33 (1) 18 Mar <https://doi.org/10.1590/S0104-12902024220833pt>

Pereira, V. V. et al., (2025). *Caminhos da ciência contemporânea*: inovação, conhecimento e transformação social. Editora Refexão acadêmica.

Rosa, E. L. (2025). Transtornos psicológicos infantis: uma análise abrangente do TDAH, TOD, Depressão e suicídio na infância. *REVISTA FOCO*. v.18 n.8, e9633p.01-13 DOI: 10.54751/revistafoco.v18n9-012

Rozeira, C. H. B. et al., (2024). A Escola e a Epidemia Silenciosa da Psicopatologização e da Medicalização. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 6(3), 2056-2076.

Santos, L. A. S. et al., (2024). Medicalização Infantil no Contexto Escolar: implicações no processo de cuidar e educar. *Educação UFSM*. N. 49 <http://dx.doi.org/10.5902/1984644485385>

Silva, A.M.S; Oliveira, I.G. de; Moutinho, D.R.; Souza, A.A. de & Dantas, L.M. da S. (2025) Atypical Motherhood and Fatherhood in Contemporary Times and Existential Phenomenology *AMAzônica – Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação*. Vol. 18, número 2, jul-dez, 2025, pág. 402-418

Silva, F. L. et al., (2025). Tratamento farmacológico no transtorno do deficit de atenção e hiperatividade: perspectivas e repercussões na saúde cardiovascular. *LUMEN ET VIRTUS*, 16(48), 5607-5620. newsciencepubl.com

Silva, J.O.D. da & Castro, E.H.B. de (2023) Nebulosa: mergulho existencial na possibilidade de ser-si-mesma. *AMAzônica – Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação*. Vol 16, Número 1, jan-jun, 2023, pág. 246-260.

Silva, M. J. S. et al., (2024). Diagnósticos neuropsiquiátricos na população infanto-juvenil. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 24(4), e16661-e16661.

Silva, M. L. C. et al., (2022). Prevalência da asma e a importância do cuidado na infância Prevalence of asthma and the importance of child care. *Brazilian Journal of Health Review*, 5(2), 5207-5218.

Silvester, J. A. C., & Bottoli, C. (2022). Medicalização na infância em tempos de crise psíquica. XXV Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão. Universidade Franciscana.

Thereza Meirelles, A. N. A. et al., (2024). Tomada de decisão em saúde: os limites da autonomia decisória da criança e do adolescente e a incoporporação do conceito de capacidade sanitária à luz do Direito brasileiro. *Revista Jurídica* (0103-3506), Vol 80, Issue 3, p. 210

Vargas, K. et al., (2025). Sofrimento mental e medicalização d vida: um estudo sobre a saúde mental das crianças e adolescentes *Revista Multidisciplinar Do Nordeste Mineiro*, 7(1), 1-23.

Vieira, K. M. & Flores, S. A. M. (2024). Percepção de riscos e benefícios em medicamentos e procedimentos médicos: O que pensam homens e mulheres?. *Rev. Adm. Mackenzie*, 25(1), eRAMG240026, <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG240026.pt>

Submetido: 18/09/2025

Aprovado: 27/11/2025

Publicado: 01/01/2025

Autores

Ewerton Helder Bentes de Castro

Pós-Doutor e Doutor em Psicologia pela FFCLRP/USP. Professor Associado da Faculdade de Psicologia/UFAM. Docente do curso de graduação em Psicologia FAPSI/UFAM. Líder do Grupo de pesquisa de Psicologia Fenomenológico-Existencial (CNPq). Coordenador do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LABFEN/UFAM). Coordenador do Projeto de Extensão Plantão psicológico em escolas do sistema de ensino público em Manaus (FAPSI/UFAM. E-mail: ewertonhelder@ufam.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2227-5278>

Janderson Costa Meira

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPR. Psicólogo pelo Centro Universitário Escola Superior Batista do Amazonas - ESBAM. Gestor de Recursos Humanos pela UNIP – Manaus. Membro do Grupo de Pesquisa em

Psicologia Fenomenológico-Existencial (CNPq). Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LABFEN/UFAM). Plantonista do Projeto de Extensão Plantão Psicológico em escolas do sistema público de ensino em Manaus. Ex-Diretor acadêmico da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LAPFE (FAPSI/UFAM). E-mail: jandersonmeiraa@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9145-6465>

Isabella Soares Faleiros

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Fametro. Membro do Projeto Plantão Psicológico em escola do sistema público de ensino em Manaus. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/UFAM. E-mail: isabellafaleiros@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3396-7604>

Rayana Lopes de Oliveira

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Plantonista do Projeto Plantão Psicológico em Escolas da rede pública de Ensino em Manaus. E-mail: lopesrayana661@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-7720-9856>

Isabelle Menezes dos Santos

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Fametro. Membro do Projeto Plantão Psicológico em escola do sistema público de ensino em Manaus. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/UFAM. E-mail: menezesisabelle01@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6423-2951>

Muriel Kiane Gonçalves Jacob

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Fametro. Membro do Projeto Plantão Psicológico em escola do sistema público de ensino em Manaus. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/UFAM. E-mail: murielkiane@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5707-0072>